

IMPORTÂNCIA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS PARA A DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS RESULTADOS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS: UMA PERCEPÇÃO INTERNACIONAL DOS ATORES ENVOLVIDOS EM SEU GERENCIAMENTO

Nivaldo Calixto Ribeiro (UFLA) - nivaldo@biblioteca.ufla.br

Eliana J. Bernardes (UFLA) - eliana@biblioteca.ufla.br

Fernanda Vasconcelos Amaral (UFLA) - fernandaamaral@biblioteca.ufla.br

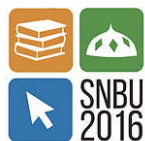
Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo de levantar as vantagens e desvantagens da criação dos Repositórios Institucionais (RIs) em universidades, as dificuldades enfrentadas e a relevância dos repositórios no contexto da divulgação científica e do movimento de acesso aberto à informação. Adotou-se como instrumento para coleta de dados uma entrevista de abordagem qualitativa, com questões abertas, que foram enviadas aos RIs de universidades situadas nos 5 continentes com a intenção de elaborar um panorama sobre a situação dos RIs a nível internacional e abordar sua importância para a divulgação institucional e a democratização do acesso aos resultados de pesquisas científicas. A escolha das instituições participantes foi pautada na posição de destaque que ocupavam no Ranking Web of World Repositories no segundo semestre de 2015.

Palavras-chave: *Acesso aberto. Repositórios institucionais. Internacionalização. Panorama internacional.*

Área temática: *Eixo 3 - Ecologia da Informação*

Subárea temática: *Repositórios institucionais*



1 Introdução

Os repositórios institucionais (RIs) foram implantados nas universidades com a missão de substituir as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações e ampliar a gama de documentos disponibilizados eletronicamente pelas universidades. Dessa forma, além dos trabalhos produzidos na pós-graduação *Stricto Sensu*, os RIs também tornam acessíveis todo tipo de documento produzido pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo da instituição, tais como artigos publicados em periódicos e eventos, capítulos de livros, relatórios, entre outros.

Por ser um instrumento relativamente novo no contexto brasileiro, os RIs ainda necessitam de pesquisa para medir sua eficácia e importância no processo de divulgação da comunicação científica. Muitas vezes, é necessário fazer um trabalho de conscientização perante os gestores das universidades para garantir a liberação de recursos orçamentários, humanos e tecnológicos que garantam a manutenção e melhoria dos RIs.

Por isso, o presente trabalho tem o objetivo de levantar as vantagens e desvantagens da criação dos RIs, as dificuldades enfrentadas e a relevância dos repositórios no contexto da divulgação científica e do movimento de acesso aberto à informação.

O que motivou esta pesquisa está intimamente relacionado a um processo de identificação e replanejamento de ações que garantam a sustentabilidade e continuidade da implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (RIUFLA). Dessa forma, o RIUFLA se manterá como uma importante ferramenta estratégica para promover a produção científica da universidade, contribuindo para a visibilidade e internalização da instituição.

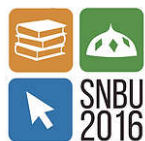
Para sustentação conceitual desta pesquisa, no referencial teórico, foi necessário revisar a literatura sobre a origem do movimento de acesso aberto, perpassando por algumas iniciativas desse movimento e o histórico da implantação do RIUFLA.

2 Origem do movimento de acesso aberto

A informação científica, gerada em universidades e escolas superiores, na maioria das vezes financiada com recursos públicos, é frequentemente publicada em periódicos especializados, gerando altos custos de assinatura para instituições e pesquisadores. Muito se tem debatido para solucionar este problema, como por exemplo o movimento de acesso aberto, que propõe o acesso irrestrito e livre de cobranças a artigos científicos. Este movimento remonta a mais de trinta anos com o lançamento do Projeto Gutenberg, por Michael Hart, em 1971.

Na cidade de Budapeste, em 2002 a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste-Budapest Open Access Initiative (BOAI) iniciou uma campanha mundial a favor do acesso aberto a todas as publicações científicas referendadas por pares. Esta iniciativa buscou reunir projetos já existentes no âmbito do acesso aberto.

Esta iniciativa, não inventou a ideia do OA. Pelo contrário, procurou deliberadamente reunir projetos já existentes para explorar como poderiam “trabalhar em conjunto para conseguir o mais amplo, profundo e rápido sucesso”. Mas a BOAI foi a primeira iniciativa a usar o termo “open access” para este propósito, a primeira a articular uma definição pública, a primeira a propor estratégias complementares para atingir o OA, a primeira a generalizar o apelo ao OA a todas as disciplinas e países, e a primeira a ser acompanhada por financiamento significativo. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012).



XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

A Budapest Open Access Initiative propõe duas formas para possibilitar o acesso aberto à informação científica: a da Via Verde e a da Via Dourada conforme relatado por Alves (2008, p. 133):

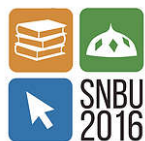
A primeira estratégia é a de auto-arquivamento – via verde (green road), que trata do arquivamento que poderá ser realizado pelos próprios autores de artigos científicos já publicados ou aceitos para publicação, obtendo autorização (sinal verde) dos editores que os aceitaram para que possam disponibilizar em um servidor de arquivo aberto. A segunda estratégia trata de via dourada (golden road), que abrange os periódicos científicos eletrônicos cujo acesso aberto a seus conteúdos é garantido pelos próprios editores. Sendo assim, a publicação em ambiente de acesso aberto está assegurada no próprio periódico.

Outros manifestos a favor do acesso aberto foram a Declaração de Bethesda, a Declaração de Berlim, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica no Brasil e o Projeto Creative Commons. Segundo Freire (2011) em outubro de 2003, a Declaração de Berlim promoveu a Internet como um instrumento funcional para a base do conhecimento científico global e estabeleceu medidas para as quais os agentes públicos - instituições de pesquisa, agências de financiamento à pesquisa, bibliotecas, museus - necessitam adotar. Dentre elas, o mandato de armazenamento da literatura científica produzida com recursos públicos, em repositórios digitais interoperáveis e de amplo acesso à sociedade.

Desde então, várias ações tem sido devolvidas pelo mundo para garantir o acesso aberto às publicações científicas, a exemplo, a criação do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), em julho de 2008. Foi a partir dessa data que registaram-se progressos significativos no movimento de acesso aberto em Portugal. Expandiu-se de forma significativa a rede de repositórios das instituições de ensino e investigação portuguesas (diretório), disponibilizou-se um vasto portfólio de serviços eletrônicos e houve um considerável incremento na mobilização da comunidade acadêmica. Em menos de dois anos, o projecto RCAAP firmou-se e ganhou visibilidade e reconhecimento a nível nacional e internacional. O projeto RCAAP procura ainda consolidar uma visão holística e integrada do movimento de acesso aberto promovendo ações de divulgação, promoção e formação e desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais para a expansão dos serviços disponibilizados (CARVALHO; MOREIRA; SARAIVA, 2013).

Na mesma esteira, o Projeto Facilitate Open Science Training for European Research (FOSTER), iniciado em fevereiro de 2014 e com a duração prevista de 24 meses, buscou promover, por meio de formação e disseminação da informação, o conhecimento e as práticas de acesso aberto, dados abertos e ciência aberta, junto aos participantes do Espaço Europeu de Investigação (EEI), possibilitando assim apoiar o cumprimento das políticas e regras de participação relacionadas com o Acesso Aberto estabelecidas pela Comissão Europeia para o Horizonte 2020¹, articulando diferentes métodos e ações de formação, desde a presencial, o uso de *e-learning* até mesmo, a autoaprendizagem, buscando atingir o maior número de participantes no EEI e acomodar as diferentes necessidades e práticas de formação nos vários países e disciplinas científicas. Outro Projeto, com vista ao alinhamento com a política do Horizonte 2020 foi o Open Access Policy

¹ “Um programa de financiamento de pesquisa e inovação de €80 bilhões (2014 -2020). Uma resposta para a crise econômica através do investimento em empregos do futuro e crescimento. Ele compreende as preocupações das pessoas sobre subsistência, segurança e meio ambiente” (VENTURINI, 2015).



Alignment Strategies for European Union Research (PASTEUR4OA), iniciado em fevereiro de 2014, apoiou e incentivou o desenvolvimento de políticas de acesso aberto e dados abertos na União Europeia .

No Japão, o Ministério de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia instituiu a “Declaração do acesso aberto”, com o objetivo de fomentar a distribuição de informações acadêmicas. Nesse documento são determinadas claramente as responsabilidades do governo e agências de financiamento público, dos pesquisadores, das universidades e instituições de pesquisa, da sociedade acadêmica, das editoras e das bibliotecas universitárias (JAPÃO, 2009).

Na Oceania, em uma decisão que passou a ser válida desde janeiro de 2013, a agência de fomento da Austrália, a Australian Research Council (ARC), instituiu a sua política de acesso livre aos resultados das pesquisas financiadas por esta agência. De acordo com esta nova política, tornou-se obrigatório o depósito, em um repositório de acesso livre, de todas as publicações resultantes de projetos de pesquisas apoiados pela agência, observando-se um período não superior a doze meses da sua publicação (KURAMOTO, 2013).

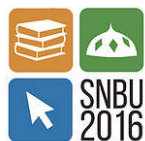
Na América do norte, por meio do memorando aos chefes de departamento e agências de fomento a pesquisa do Estados Unidos, John P. Holdren, diretor executivo da Casa Branca sobre Política Científica e Tecnológica, expôs que o governo americano está empenhado em garantir que, de qualquer forma e com o menor número de restrições possíveis e coerentes com a legislação, os resultados diretos de pesquisa científica financiada pelo governo devem ser colocados em domínio do público, da indústria e da comunidade científica. Esses resultados incluem publicações revisadas por pares e dados digitais. No documento o diretor afirma que a investigação científica apoiada pelo Governo catalisa avanços inovadores que podem conduzir a economia. Os resultados dessas pesquisas podem se tornar o combustível para novos *insights* e são ativos para o progresso em áreas como saúde, energia, ambiente, agricultura e segurança nacional. O acesso ao conjunto de dados digitais resultantes da investigação financiada pelo governo permite que as empresas concentrem recursos e esforços para compreender e explorar as novas descobertas (HOLDREN, 2013) .

Outra iniciativa interessante foi a do Senado Argentino que aprovou por unanimidade uma norma que obriga as instituições científicas que recebem financiamento público a facilitar o acesso aberto às pesquisas científicas com a criação de repositórios institucionais de acesso aberto, dando origem ao projeto de desenvolvimento de uma rede de repositórios institucionais de publicações científica chamado “LaReferencia” (COMUNIDADE REA BRASIL, 2013).

Segundo Freire (2011), no Brasil, várias manifestações em apoio ao movimento de acesso aberto foram conduzidas pela comunidade científica brasileira, dentre as quais destacam-se as declarações de São Paulo, Florianópolis, Salvador e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Carta da 6ª Conferência Luso-brasileira de Acesso Aberto. Ainda para consolidar o compromisso do Brasil em apoio à essas manifestações, segundo Medeiros (2013) em 2007, foi apresentado ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 1120/200744, que estabelece parâmetros para uma política nacional de acesso livre à informação.

3 Breve histórico do RIUFLA

Os repositórios são ferramentas importantes para a gestão da informação e do conhecimento nas instituições e para os envolvidos no processo de fomento à pesquisa. Por isso, torna-se importante garantir o acesso permanente e confiável da produção científica, proporcionando maior visibilidade às pesquisas desenvolvidas nas instituições (FURTADO; ESMIN; OLIVEIRA, 2014).



XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

Em dezembro de 2011, foi feito um levantamento sobre alguns dados da UFLA, como a sua produção científica dos últimos cinco anos entre artigos, dissertações e teses, a quantidade de periódicos e de livros publicados, a relação de cursos de pós-graduação, o levantamento de bolsistas produtividade e a proposta de cronograma de implantação do projeto piloto do RIUFLA, os quais foram enviados ao Ibict. Em 2012, a UFLA, mediante a adesão ao edital de chamada da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Além desses dados, foi encaminhado um termo de compromisso institucional assinado pelo reitor, onde a universidade se propõe:

a) promover e viabilizar as ações necessárias para a implantação do RI compatível com o modelo de interoperabilidade *Open Archives*;

b) estabelecer uma política institucional de informação visando garantir a alimentação do RI por parte de seus pesquisadores após a contratação do projeto;

c) constituir e manter uma equipe composta por técnicos de informação e informática que se responsabilizará pela implantação e operação do RI;

d) manter conexão permanente com a Internet para garantir o acesso ao RI, a fim de possibilitar a coleta automática periódica de metadados a ser realizada pelo IBICT Ibict.

Segundo Medeiros e Ferreira (2014) a partir daí, foi elaborada a Política Institucional de Informação do RIUFLA onde consta a política de conteúdo, a política de submissão/depósito, a política de acesso à informação, a política de preservação digital. Nela são abordados os critérios de disponibilização e elaboração das linhas de trabalho para sensibilização e divulgação do projeto à comunidade científica.

Atualmente, o RIUFLA disponibiliza mais de 9.000 mil documentos, entre dissertações, teses, monografias, artigos, capítulos de livros e outros, ocupando no Brasil a 17^a posição no *Ranking Web of World Repositories*. em janeiro de 2016. Mais de 87 mil buscas foram realizadas na plataforma e ocorreram aproximadamente 3,7 milhões de visualizações de arquivos².

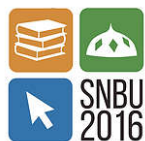
4 Materiais e métodos

Na realização deste trabalho, adotou-se como instrumento para coleta de dados uma entrevista de abordagem qualitativa, com questões abertas, que foram enviadas aos RIs de universidades situadas nos 5 continentes: América, Europa, Ásia, África e Oceania. O objetivo dessa entrevista foi elaborar um panorama sobre a situação dos RIs a nível internacional e abordar sua importância para a divulgação institucional e a democratização do acesso aos resultados de pesquisas científicas. O roteiro das entrevistas, bem como, sua tradução, está disponível nos anexos A e B desta pesquisa.

A escolha das instituições participantes foi pautada na posição de destaque que ocupavam no *Ranking Web of World Repositories*. Ao todo, foram 64 questionários enviados e apenas 6 respostas foram obtidas. Apesar da baixa taxa de retorno, foi possível obter representantes de 4 continentes: América (Brasil e Colômbia), Europa (Bélgica e Espanha), África (Egito) e Oceania (Austrália). Apenas o continente asiático ficou sem representação.

Para manter o sigilo das informações repassadas pelas instituições as suas identificações, os nomes originais foram substituídos, sem nenhuma ordem, pelo termo “Instituição” na apresentação dos resultados.

² Dados de 26/02/2016. Mais informações: <<http://repositorio.ufla.br/statistics>>.



5 Resultados

Na pesquisa, os RIs foram considerados um importante instrumento dentro do contexto do movimento de acesso aberto à informação. Com o crescente aumento dos custos de aquisição de periódicos científicos, os repositórios são uma alternativa para que as bibliotecas universitárias disponibilizem fontes de informação confiáveis, sem comprometerem seu orçamento com o pagamento de onerosas assinaturas de acesso a bases de dados e periódicos de editoras comerciais.

Uma questão levantada foi o fato da maioria das pesquisas científicas serem financiadas pelo poder público, sendo, portanto, um direito do cidadão ter acesso gratuito aos resultados dessas pesquisas. Segundo a responsável por um RI em uma universidade belga

[...] a filosofia do movimento de acesso aberto é também para alcançar uma distribuição justa dos recursos que permitem esta pesquisa ser realizada. É importante que os contribuintes tenham acesso à investigação científica que financia, não só por razões éticas, mas também porque o desenvolvimento da pesquisa científica depende do apoio da população. A informação científica deve ser acessível ao público que poderá ler, traduzir e popularizar essa informação e, assim, levar a ciência a um público mais amplo. (INSTITUIÇÃO 4).

A entrevista questionou também sobre as vantagens e desvantagens da implantação de RIs. As principais vantagens elencadas foram:

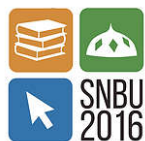
- a) aumento da visibilidade dos pesquisadores e da instituição a nível internacional;
- b) preservação da memória intelectual da universidade;
- c) possibilidade de busca por meio do Google e do Google Scholar;
- d) URL permanente para documento;
- e) novos indicadores para medir o impacto de um documento;
- f) aumento do número de citação;
- g) rápida disponibilização da informação gerada por uma pesquisa;
- h) maior facilidade para detectar plágio;
- i) alguns RIs possuem recursos para facilitar a identificação do nome de autores, esclarecendo ambiguidades.

O número de desvantagens apontadas pelos participantes da pesquisa foi bem menor e inclui:

- a) descentralização das estatísticas de acesso, por exemplo, um mesmo documento poderá ser acessado via RI ou via periódico;
- b) necessidade de tempo do pesquisador para repassar periodicamente para o RI os documentos gerados pela pesquisa;
- c) necessidade de acordo com os editores de alguns documentos (o caso mais comum são artigos publicados em periódicos de acesso pago);
- d) e os pesquisadores devem entender e aceitar os preceitos do movimento de acesso aberto e das licenças Creative Commons.

Sobre as barreiras enfrentadas pelos RIs, as principais dificuldades apontadas foram orçamento deficiente, falta de recursos humanos e problemas tecnológicos da plataforma utilizada. Alguns entrevistados citaram também a resistência de alguns pesquisadores, que não estão de acordo com alguns princípios do movimento de acesso aberto ou não tem comprometimento para depositar a sua produção científica nos RIs.

Na questão sobre exigir obrigatoriedade do depósito da produção científica institucional, todos os entrevistados concordam que este mecanismo facilitaria as atividades



XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

desenvolvidas pelo RI e aumentaria o volume de documentos depositados. Contudo, o assunto foi considerado delicado por abarcar direitos de copyright, além de ser necessária a instituição de uma política institucional por parte da universidade.

O entrevistado brasileiro comentou que teses e dissertações já possuem legislação específica que obriga o depósito. Esta obrigatoriedade foi determinada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006, a qual institui que

Art. 1º Para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso.

[...]

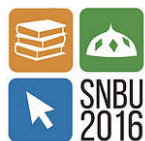
Art. 5º O financiamento de trabalho com verba pública, sob forma de bolsa de estudo ou auxílio de qualquer natureza concedido ao Programa, induz à obrigação do mestre ou doutor apresentá-lo à sociedade que custeou a realização, aplicando-se a ele as disposições desta Portaria. (CAPES, 2006).

Dessa forma, no caso de dissertações e teses, os RIs brasileiros alcançaram um grande avanço e podem facilmente recolher os trabalhos finais produzidos pelos programas de mestrado e doutorado. No caso da UFLA, esta portaria permitiu que fosse oficializado nos trâmites de pós-defesa da universidade a obrigatoriedade do discente entregar um arquivo em formato PDF para ser inserido no RIUFLA tão logo os trâmites sejam concluídos. Em média, 30 dias úteis após a defesa de uma dissertação ou tese, o trabalho já está disponível para ser acessado on-line.

Foi criado, contudo, um documento nomeado “Termo de autorização do RIUFLA”, através do qual o autor explicita seu consentimento ou sua restrição quanto a liberação de seu arquivo. Nele o discente pode decidir manter o arquivo retido ou liberá-lo para publicação. Caso ainda esteja pendente a publicação em periódicos pagos de artigos gerados pela pesquisa devolvida no mestrado ou na graduação, o discente pode decidir manter o arquivo retido pelo período máximo de um ano. Nesta situação, o RIUFLA publica inicialmente somente os metadados do trabalho (título, resumo, palavras-chaves, etc.) e após o término do período de restrição, o arquivo é disponibilizado. Quando o trabalho gera patente, o tempo de restrição sobe para até dois anos e o arquivo e os metadados são publicados posteriormente. Em 2015, aproximadamente 62% dos arquivos foram publicados assim que os trâmites de pós-defesa foram concluídos; 37% tiveram os metadados publicados, mas, por motivo de publicação em periódico, o arquivo ficou retido a pedido do autor por até um ano; e menos de 1% teve tanto o arquivo quanto os metadados retidos por um período de até 2 anos a espera da conclusão do registro de patente gerado pela pesquisa³.

Por fim, as 2 últimas questões da entrevista foram sobre a importância dos RIs para auxiliar as universidades no processo de internacionalização e no alcance de melhores posições no *Ranking Web of Universities*, que mede a presença das instituições acadêmicas no ambiente web. Todos os entrevistados concordaram que os RIs possuem um papel de destaque por aumentar o acesso e visibilidade da produção científica da instituição e propiciarem a possibilidade de criação de projetos colaborativos entre universidades distantes geograficamente.

³ Dados de 04/02/2016, retirados das planilhas de controle de atividades do RIUFLA.



6 Considerações parciais/finais

Os repositórios institucionais estão se tornando cada vez mais uma ferramenta estratégica para as universidades e as bibliotecas, promovendo a visibilidade e o acesso à produção científica.

Nesse trabalho, buscamos confirmação de ações adotadas em outros continentes que possibilitam a sustentabilidade de seus repositórios. Suas percepções foram fundamentais para o desenvolvimento de novas estratégias a serem adotadas pela equipe técnica do RIUFLA.

Esta pesquisa não teve a pretensão de abordar a percepção de todos os gestores no cenário mundial, mas, de uma parcela representativa de instituições de destaque no *Ranking Web of World Repositories*, nos cinco continentes, de forma que fosse possível apontar as vantagens e desvantagens dos RIs, além da contribuição para a melhoria de nossas rotinas na gestão do RIUFLA.

Em relação as dificuldades apontadas pelos entrevistados, foi interessante verificar que questões como deficiência da plataforma digital utilizada e escassez de recursos humanos e orçamentários são problemas não só de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, mas também dos gerenciadores de RIs localizados no chamado 1º mundo, como Europa e Oceania.

A pesquisa também mostrou que, a despeito da popularização do movimento de acesso aberto, ainda há muito trabalho de conscientização a ser realizado junto a comunidade acadêmica. Uma das queixas entre os entrevistados foi a falta de compromisso por parte de alguns docentes em encaminhar suas produções acadêmicas para os RIs. Alguns dos motivos citados foram excesso de trabalho e desinteresse. No primeiro caso, o docente já possui muitas obrigações e não teria tempo para listar e encaminhar sua produção. No segundo caso, ainda existe uma noção de que o importante é a divulgação feita pelos periódicos científicos (que geram mais prestígio para o pesquisador) e o depósito nos RIs é visto como algo secundário.

Esta visão pode ser observada também entre os discentes de pós-graduação da UFLA, pois alguns optam por colocar sua dissertação ou tese como restrita no RIUFLA pelo período de até um ano por terem uma possibilidade de talvez publicarem um artigo baseado no trabalho em um periódico pago ou grande fator de impacto. Contudo, caso a publicação não ocorra, o resultado da pesquisa terá ficado um ano inacessível e, portanto, sem possibilidade de ter ganho visibilidade e citações por parte de outros trabalhos.

Com relação ao desenvolvimento desta pesquisa podemos citar como dificuldade o tempo de respostas da equipe das instituições envolvidas, pois iniciamos os primeiros contatos em outubro de 2015 e apenas em janeiro e fevereiro de 2016 obtivemos respostas suficientes para a elaboração desse trabalho. Além disso, muitos repositório não apresentam claramente o contato direto com os gestores e, sim uma seção de perguntas e respostas. Outra barreira foi a língua, em especial as de origens orientais. Podemos citar também a inexistência de padrão de usabilidade e estética das páginas iniciais dos repositórios.

Por fim, como sugestão para próximos trabalhos, indicamos o desenvolvimento de uma pesquisa sobre avaliação dos RIs, em uma esfera internacional, com critérios bem definidos, no intuito de identificar inovações e recursos que possam ser adotados nos RIs nacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada? **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 127-137, ago. /set. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Dez anos depois da Budapest Open Access Initiative**: estabelecendo o acesso aberto como padrão. Budapest, 2012. Tradução realizada pelo Gabinete de Projetos Open Access dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

CARVALHO, J.; MOREIRA, J. M.; SARAIVA, R. O RCAAP e a evolução do Acesso Aberto em Portugal. In: RODRIGUES, E; SWAN, A.; BAPTISTA, A. A. **Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo**. Minho: Universidade do Minho, 2013. p. 151-172.

COMUNIDADE REA BRASIL. **Argentina aprova lei de acesso aberto à informação científica**. REA, 2013. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/argentina-aprova-lei-de-acesso-aberto-a-informacao-cientifica/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Portaria nº 013**, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2016.

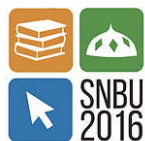
FREIRE, J. D. **CNPq e o acesso aberto à informação científica**. 2011. 275 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FURTADO, T. B.; ESMIN, A. A. A.; OLIVEIRA, N. Técnica de recomendação e recuperação de conteúdo para repositórios institucionais baseado na universidade federal de lavras (UFLA). In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO, 5., 2014, Coimbra. **Anais eletrônicos**... Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

HOLDREN, J. P. **Increasing access to the results of federally funded scientific research**. Washinfyton, 2013. Disponível em: <https://m.whitehouse.gov/sites/default/files/microsites/ostp/ostp_public_access_memo_2013.pdf>. Acesso em 25 fev. 2016.

JAPÃO. Ministério de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia. **Declaração sobre o Acesso Aberto**. Tóquio, 2009. Disponível em: <http://www.mext.go.jp/b_menu/shingi/gijyutu/gijyutu4/toushin/attach/1283016.htm>. Acesso em: 24 fev. 2016.

KURAMOTO, H. **ARC adota política de acesso livre na Austrália**. Blog do Kuramoto, 2013. Disponível em: <<https://kuramoto.wordpress.com/2013/01/08/arc-adota-politica-de-acesso-livre-na-australia/>>. Acesso em: 24 fev. 2016.



XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009.

MEDEIROS, S. A. et al. Ações de continuidade e sustentabilidade da implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (RIUFLA). **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação**, Lisboa, n. 2, p. 153-156, jul./dez. 2014.

MEDEIROS, S. A. et al. Gestão do conhecimento na sociedade da informação: repositório institucional da Universidade Federal de Lavras In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: FURGS, 2012.

MEDEIROS, S. A. **Política pública de acesso aberto à produção científica**: o caso do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras. 2013. 272 p. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, 2013.

MEDEIROS, S. A.; FERREIRA, P. A. Implantação de repositório institucional: o caso da Universidade Federal de Lavras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: SB/UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/194-2094.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

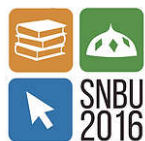
MEDEIROS, S. A.; FERREIRA, P. A. Política pública de acesso aberto à produção científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 195-217, jul./dez. 2014.

SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO. **Relatório de atividades**. Minho, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12172206-Relatorio-de-atividades.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

VENTURINI, P. **Horizonte 2020**: o Programa da União Europeia para Pesquisa e Inovação - Aberto para o mundo. Brasília: CNPQ, 2015. Slides. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/f83e4847-6f58-484c-8d9b-3f0095547138>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

Anexo A – Roteiro de entrevista

1. Como você compreende a relevância dos princípios do movimento do acesso livre em prol da divulgação da produção científica?
2. Os repositórios institucionais (RI) atualmente estão se tornando uma ferramenta estratégica para as universidades, promovendo a visibilidade e o acesso à produção científica. Quais as vantagens e desvantagens dessa implantação para a universidade? E para os pesquisadores?
3. Você percebe alguma barreira na implantação do RI nas Universidades? Quais seriam estas barreiras?
4. Qual a sua opinião quanto à exigência da obrigatoriedade do depósito da produção científica em repositórios institucionais?



XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

5. O objetivo original do Ranking Web é promover a presença na Web das instituições acadêmicas, apoiando-as para aumentar significativamente a transferência de conhecimento científico e cultural gerada pelas universidades a sociedade. Você acredita que com a implantação do RI a instituição poderá aumentar sua visibilidade e assim ser melhor classificada no Ranking?
6. Em sua opinião a implantação de RI contribuir para o projeto de internacionalização de uma universidade? Em que sentido?

Anexo B – Interview Script

1. How do you understand the relevance of the principles of the open access movement regarding the development of scientific research?
2. Institutional repositories (IR) are currently becoming a strategic tool for universities, promoting the visibility and the access to scientific production. What are the advantages and disadvantages of this deployment to the university and for researchers?
3. Do you notice any barrier in the implementation of an IR at universities? What are these barriers?
4. What is your opinion regarding the requirement of mandatory deposit of scientific production in institutional repositories?
5. The original purpose of the Web Ranking is to promote Web presence of academic institutions, supporting them to significantly increase the transference of scientific and cultural knowledge generated by universities to society. Do you believe that with the implementation of an IR the institution may increase its visibility and therefore be better classified in the ranking?
6. In your opinion the implementation of an IR may contribute to the internationalization project of a university? In what sense?